

18/09/2019

Grande Imprensa

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Bolsas de pós-graduação para quê?](#)

[Em meio a cortes, Orçamento destina R\\$ 4,7 bi de vantagens para militares](#)

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Procurador rebate UFRJ](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[A deus dará](#)

[Governo vai desbloquear mais de R\\$ 8,3 bilhões, diz Onyx](#)

[TransferWise lança serviço de pagamento para universidades estrangeiras](#)

[Moraes homologa acordo para uso de recursos de multas da Lava Jato em educação e Amazônia](#)

[Proposta para fundo de educação prevê gasto maior da União](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Raquel contesta Bolsonaro](#)

[STF avaliza R\\$ 2,6 bi para ambiente e educação](#)

**O GLOBO - RJ**

[Bolsas e navios](#)

[Controvérsias no combate ao analfabetismo](#)

[Dar voz a aluno fez colégio de Manaus melhorar Ideb](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Revalida será semestral e pago pelos médicos](#)

Agências de notícias e sites

**JORNAL DO CAMPUS**

[Com últimos cortes, ciência brasileira corre risco de amputação total](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[Marcos Pontes defende dados do Inpe sobre desmatamento](#)

[Priorizado pelo MEC, método fônico gera controvérsia entre especialistas no assunto](#)

**G1**

[Inscrições para feira alagoana de ciências Experiment terminam na sexta](#)

**PORTAL EXAME**

[O Brasil além de SP: grupo SEB abrirá franquias de escola internacional](#)

**TERRA**

[STF valida uso do fundo da Lava Jato na Amazônia e educação](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Pontes quer R\\$ 250 milhões do fundo da Lava Jato para ações da pasta em 2020](#)

[STF valida uso do fundo da Lava Jato na Amazônia e educação](#)

Agências de notícias e sites

**BRASIL247**

[Como os cortes de bolsas afetam a vida de milhares de cientistas no Brasil](#)

**JORNAL DA CIÊNCIA**

[Os impactos dos cortes nas verbas da educação para a UFC](#)

[“Sem dinheiro, não dá para continuar as pesquisas”](#)

**JORNAL DA USP - SP**

[Abertas inscrições para programa voltado a professores de química](#)

**OLHAR DIRETO**

[Desenvolvida na UFMT, pesquisa encontra microrganismo que substitui agrotóxico no pimentão](#)

## AGÊNCIA FOLHA

[Moraes homologa acordo para uso de recursos de multas da Lava Jato em educação e Amazônia](#)

G1

[UFRR abre inscrições para mestrado em geografia](#)

## FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

**Bolsas de pós-graduação para quê?**

**Corte de recursos terá impacto direto na sociedade**

Os dirigentes das principais agências —como a **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações— estão se desdobrando para reduzir o impacto negativo da restrição orçamentária no ambiente científico nacional, mas os orçamentos dessas instituições precisam ser recompostos com medidas emergenciais neste ano e na proposta orçamentária de 2020.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/09/bolsas-de-pos-graduacao-para-que.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

**Em meio a cortes, Orçamento destina R\$ 4,7 bi de vantagens para militares**

**Montante em 2020 será destinado a benefícios instituídos na reforma previdenciária da carreira**

Em contraste com o aperto geral em serviços públicos, custeio e investimentos, o projeto de Orçamento federal de 2020 destina R\$ 4,7 bilhões à criação de vantagens para a carreira militar.

O montante —suficiente para recompor, com sobras, as verbas para obras em estradas e bolsas da **Capes**, entre outras combinações possíveis— decorre de benefícios instituídos pela reforma previdenciária das Forças Armadas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/em-meio-a-cortes-orcamento-destina-r-47-bi-de-vantagens-para-militares.shtml>

topo ↕

## CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

**Procurador rebate UFRJ**

Em nota enviada à imprensa, na tarde de ontem, o procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público de Contas da União, rebateu declarações da Universidade Federal do Rio de Janeiro que tentam justificar o uso irregular de verba repassada pelo Ministério da Saúde. Ao longo de três anos, a instituição utilizou recursos do Fundo Nacional de Saúde, ou seja, dinheiro repassado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para custear salários de funcionários extraquadro, que devem ser mantidos com verba do Ministério da Educação.

O Correio revelou que o TCU deu prazo para que a UFRJ apresente um plano para compensar os cofres públicos do dinheiro usado de maneira inadequada. No entanto, em resposta à reportagem, a universidade alega que a decisão do tribunal avaliou que a “UFRJ apenas se absteve de utilizar os recursos que recebe do SUS para pagamento dos

extraquadros”.

A instituição de ensino diz ainda que os ministros do TCU determinaram “que o MEC aumente o orçamento da Universidade para evitar uso dos recursos que recebe do SUS para pagar extraquadros”. Na nota enviada ao Correio, a UFRJ diz que “após ampla análise no tribunal, com uma série de argumentos, a conclusão no TCU foi no sentido de que não houve quaisquer desvios”.

No entanto, para o procurador Júlio Marcelo de Oliveira, autor da representação contra o uso inadequado da verba por parte da reitoria da UFRJ, a decisão do TCU “não apenas determinou que a UFRJ se absteresse de utilizar os recursos vinculados ao SUS para pagamento dos extraquadros”, mas também decidiu que “a própria UFRJ e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) “se manifestem sobre as medidas efetivamente adotadas e apresentem plano de ação destinado à compensação dos valores” usados de forma irregular.

O procurador destaca que o relatório do ministro-relator, o parecer do Ministério Público de Contas e o acórdão do TCU “não só determinam a devolução dos recursos do SUS aplicados irregularmente com desvio de finalidade como prevê a responsabilização nas esferas competentes”.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL**

### **A deus dará**

A elaboração do Future-se, bandeira de Abraham Weintraub (MEC), não passou pelo crivo do Ministério da Economia. Em resposta a requerimento do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), ao menos 14 integrantes da pasta comandada por Paulo Guedes informaram que não se envolveram nas discussões sobre o programa, que prevê a criação de um fundo para abastecer as universidades.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/09/18/aras-sinaliza-que-quer-dar-mais-poder-as-camaras-tematicas-do-mpf/>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO**

### **Governo vai desbloquear mais de R\$ 8,3 bilhões, diz Onyx**

### **Orçamento federal tem hoje R\$ 35 bilhões bloqueados e ministros reclamam falta de recursos**

Brasília

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse nesta terça-feira (17) que o governo vai descontingenciar mais de R\$ 8,3 bilhões até o fim de setembro, sendo R\$ 1,9 bilhão para o Ministério da Educação.

"Ontem [segunda-feira, 16] tivemos uma reunião onde descontingenciamos mais de R\$ 8,3 bilhões. Amanhã [quarta, 18] vai ter uma conversa de consolidação disso para que, até o final desta semana, princípio da próxima, a gente tenha as portarias prontas e o decreto para poder fazer a redistribuição", disse o ministro no início da tarde, ao sair de uma agência bancária no Congresso, onde disse ter ido para trocar um cartão.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/governo-vai-descontingenciar-mais-de-r-83-bilhoes-diz-onyx.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO**

**TransferWise lança serviço de pagamento para universidades estrangeiras**  
**Aplicativo que atuava apenas em transações entre pessoas agora vai operar com entidades de ensino**

São Paulo

A TransferWise, fintech multinacional que opera no Brasil desde 2016, vai permitir a transferência de dinheiro para instituições de ensino do exterior a partir de outubro.

Até então, o repasse de recursos a outros países era limitado apenas entre pessoas físicas.

Um dos cinco principais mercados da empresa, o país já movimentou R\$ 20 bilhões em envios e recebimentos em três anos, segundo a companhia. Há um ano, a fintech pediu licença no Banco Central para operar como corretora de câmbio, o que permitiria oferecer o serviço de transferência entre pessoas jurídicas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/transferwise-lanca-servico-de-pagamento-para-universidades-estrangeiras.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Moraes homologa acordo para uso de recursos de multas da Lava Jato em educação e Amazônia**  
**De R\$ 2,6 bi acertados por Petrobras nos EUA, R\$ 1,6 bi vai para o MEC, e R\$ 1 bi, para floresta**

Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), homologou nesta terça-feira (17) o acordo para destinar à Amazônia e a investimentos em educação recursos oriundos do fundo da Lava Jato.

O volume de dinheiro é proveniente de multas acertadas pela Petrobras nos Estados Unidos. Do total, será R\$ 1,6 bilhão para educação. A Amazônia Legal vai receber R\$ 1 bilhão.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/moraes-homologa-acordo-para-uso-de-recursos-de-multas-da-lava-jato-em-educacao-e-amazonia.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Proposta para fundo de educação prevê gasto maior da União**  
**Relatório final na Câmara prevê salto de 10% para 40%; governo Bolsonaro defende aumento escalonado a 15%**

Brasília

O relatório final sobre a renovação do Fundeb prevê um salto de quatro vezes no papel

da União no financiamento da educação básica, o que contraria o desejo do governo Jair Bolsonaro (PSL).

A complementação federal ao fundo passa, de acordo com o texto, dos atuais 10% para 40%, de forma escalonada.

O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento à educação básica, responsável por mais de 40% do que é gasto na etapa. O mecanismo vence em 2020. O Congresso analisa sua renovação e caminha para torná-lo permanente ao incluí-lo na Constituição.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/proposta-para-fundo-de-educacao-preve-gasto-maior-da-uniao.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA**

### **Raquel contesta Bolsonaro**

#### **Em parecer e ações, procuradora-geral ataca bandeiras do presidente, como porte de armas e Escola sem Partido**

BRASÍLIA

Em ações no STF, ela contestou porte e posse de armas, Escola sem Partido e alterações em conselhos.

No último dia do seu mandato, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou ontem um parecer pedindo que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare a inconstitucionalidade de seis decretos do governo Jair Bolsonaro que alteraram as regras de porte e posse de armas. Em outra frente, Raquel apresentou também três ações ao Supremo que contestam outras iniciativas do governo federal: o Escola sem Partido e mudanças promovidas nas composições dos conselhos nacionais do meio ambiente (Conama) e dos direitos da criança e adolescente (Conanda).

Nas últimas semanas, Raquel fez gestos de aproximação com o Palácio do Planalto, mas ainda assim Bolsonaro decidiu não reconduzir a procuradora-geral para mais dois anos de mandato. O presidente escolheu o subprocurador-geral da República Augusto Aras para suceder a Raquel no comando do Ministério Público Federal (MPF) – o nome de Aras ainda precisa ser aprovado pelo Senado.

No caso das alterações das regras de posse e porte de armas, por exemplo, Raquel afirmou que os decretos assinados pelo presidente Bolsonaro afrontam “o princípio da separação dos Poderes” e substituem o papel do Poder Legislativo “na tomada de decisão acerca da política pública sobre porte e posse de armas de fogo”.

O parecer da procuradora foi encaminhado no âmbito de uma ação ajuizada pelo partido Rede Sustentabilidade em maio deste ano.

Liminar. Já na ação que mira o projeto Escola sem Partido – uma das bandeiras do presidente Jair Bolsonaro – Raquel pediu que o Supremo conceda imediatamente uma liminar para suspender qualquer ato do Poder Público “que autorize ou promova a realização de vigilância e censura da atividade docente com base em vedações genéricas e vagas à ‘doutrinação’ política e ideológica” e “à abordagem de questões relacionadas a gênero e sexualidade no ambiente escolar”.

“Não será esterilizando o processo educativo à reflexão e ao embate ideológico que se obterão melhores resultados no desenvolvimento dos alunos”, escreveu Raquel na ação encaminhada ao Supremo. “Entre a vedação apriorística de conteúdos e a liberdade de ensino, esta é preferível”, completou. PGR federaliza caso Marielle e denuncia conselheiro do TCE

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **STF avaliza R\$ 2,6 bi para ambiente e educação**

#### **Fundo da Lava Jato vai para ações de prevenção, fiscalização e combate ao desmate e bolsas de pesquisa do CNPq**

BRASÍLIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), validou ontem o acordo que remete R\$ 1,06 bilhão do Fundo da Lava Jato para as ações de prevenção, fiscalização e combate ao desmatamento e outros ilícitos ambientais nos Estados da Amazônia Legal, e destina outro R\$ 1,6 bilhão para a educação. Desse montante, R\$ 250 milhões vão para o Ministério de Ciência e Tecnologia alocar em ações de inovação, empreendedorismo e educação, como as bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O acordo foi fechado na semana retrasada entre a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Câmara dos Deputados e o Palácio do Planalto, mas precisava ainda ser homologado pelo STF. A decisão sobre o destino do dinheiro foi divulgada seis meses após a PGR questionar no Supremo o acordo fechado entre a Petrobrás e a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, que reverteu para o Brasil cerca de R\$ 2,5 bilhões de uma multa paga nos EUA.

Em sua decisão, Moraes destacou que houve um consenso dos diferentes agentes no novo acordo, após audiência no início deste mês. “A vinculação desses valores a fonte específica de custeio, conforme informado pela Advocacia-Geral da União, afasta qualquer possibilidade de configuração do risco de retorno desses valores à Petrobrás, bem como de efetiva utilização nas ações indicadas e fiscalização pelas instâncias de controle.”

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - OPINIÃO**

### **Bolsas e navios**

#### **Bolsas me permitiram estudar numa Harvard que pôs excelência acima da tendência ao fechamento elitista**

As palavras chegam como guardas. É por meio delas que ficamos sabendo quando somos bem-vindos, corremos perigo ou somos inscientes. Como ensinou um filósofo, as palavras fazem coisas como juramentos, ofensas e promessas. Com elas travamos um infinito combate contra a ignorância.

O governo tem persistido na estupidez de confundir certas manifestações do mundo universitário com a sua nobre dimensão intelectual. Estou farto de conhecer a precariedade brasileira relativa ao mundo da instrução, da vida acadêmica e, acima de tudo, da grandeza intelectual. Uma prova disso é piada abominável segundo a qual quem não sabe, ensina! E para tanto recebeu uma "bolsa de estudo", cujo sentido ambíguo remete tanto ao combate à estupidez quanto às vergonhosas mochilas e quartos cheios de dinheiro roubado. "A bolsa ou a vida!" dizem bandidos, jamais um ministério que "cuida" da educação...

Há diferenças entre ensinar crianças e instruir adultos pesquisadores e intelectuais. Há motivos para considerar que quem ensina crianças tem mais importância relativa do que quem ensina adultos. Ensinar a quem experimenta a vida fora de casa e do relacionamento com seus genitores é um ato "primário". Não deve haver apenas "primeiras letras" -o que deve haver é, sobretudo, uma "primeira cidadania". É o exercício de um comportamento igualitário e respeitoso ao lado de laços sociais isentos dos afetos lenientes da família e da casa. O ensino elementar deve transformar filhinhos de famílias, nobres ou pobres, em "alunos". No Brasil, há o costume de chamar esses primeiros educadores de "tios" quando, de fato, eles devem ensinar como passar de filhos a alunos. Uma pessoa associada a um conjunto não governado pelas hierarquias da casa, mas por normas que valem para todos.

A escola primária faculta uma primeira experiência aberta com a igualdade. O ensino secundário e o superior deveriam consolidar tal aprendizado ofertando "bolsas" a quem precisa. Em inglês, "bolsa" é scholarship e houve quem traduzisse a palavra como "navio de acadêmicos". O que, mesmo promovendo risos, não é de todo um erro já que um "scholarship" é um meio de realização intelectual. Traduzir "bolsa" como dinheiro fácil e ideologizado, como são as polpudas verbas que os políticos inventam em causa própria, revela ignorância (ou má-fé). Bolsas de estudo são um investimento essencial num mundo com mais informação do que compreensão. Suprimir bolsas é contribuir para manter os nossos pomposos "burros doutores" e o uso do título acadêmico como privilégio.

Fui bolsista do Conselho Nacional de Pesquisas, da Comissão Fulbright, da Fundação Ford, da Universidade de Harvard, da Fundação Guggenheim e da Fundação Calouste Gulbenkian. Sem essas bolsas (ou navios), eu não teria saído de Niterói...

Foram as bolsas que me permitiram estudar numa Harvard que sempre colocou a excelência intelectual acima da tendência ao fechamento elitista. Meus pais e avós jamais saíram do Brasil para viver o "lá fora", onde tudo seria melhor. Morreram sem saber que não há sociedades perfeitas e que em todas há um combate permanente entre interesses e normas.

Como um professor antigo, deprime-me testemunhar jovens sendo forçados a desistir de uma vida intelectual crítica e construtiva pela supressão de bolsas. Não pode haver melhor meio de assassinar vocações.

Fosse presidente, contingenciaria outras áreas; fosse milionário gratuitamente graduado numa federal e ex-bolsista, procuraria amigos igualmente milionários e faria um fundo destinado a suprir estudantes carentes. Criaríamos uma agência particular para compensar a burrice do governo. Enfim, faria alguma coisa, em vez de simplesmente falar e escrever, que é o recurso de que disponho...

topo ↕

**O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

**Controvérsias no combate ao analfabetismo**

**Priorizado pelo MEC a partir de abril deste ano, uso de método fônico no ensino da leitura e da escrita no Brasil inspira divergência entre especialistas que participaram de debate na Cidade das Artes**

O Ministério da Educação (MEC) lançou a Política Nacional de Alfabetização (PNA) em abril, mas, mesmo que seis meses tenham se passado, o tema ainda gera controvérsia. Embora representantes do órgão digam que a PNA não exclui outros métodos, especialistas alegam que, na prática, o MEC prioriza a abordagem fônica. Durante debate no Educação 360 Encontro Internacional, ontem, na Cidade das Artes, pesquisadores defenderam que não se deve impor apenas uma ferramenta para promover a alfabetização e enfatizaram a importância de outros instrumentos.

A alfabetização foi elencada como prioridade do governo. No decreto do presidente Jair Bolsonaro, o MEC lista seis componentes a serem trabalhados: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita.

Um dos participantes do painel “Alfabetização: a guerra dos métodos”, o educador Renan Sargiani, coordenador geral de Neurociência Cognitiva e Linguística do MEC, argumentou que a abordagem fônica aparece expressa no documento porque é a mais eficiente para ensinar a maioria dos estudantes, considerando aqueles com menor nível socioeconômico.

—A instrução fônica pode estar presente em diferentes abordagens. Quando vamos ensinar a ler e escrever, precisamos ensinar o que são as letras e o que elas representam — argumentou ele. —Letras têm sons, e as pessoas têm que aprender isso de forma explícita ou implícita. No entanto, o que acontece é que muitas vezes isso se dá de forma implícita e não sistemática. Funciona para boa parte das crianças, mas não para a maioria das crianças.

No método fônico, a alfabetização se dá por meio da associação entre o símbolo (a letra) e seu som (o fonema). A criança aprende a reconhecer o som de cada letra para, a partir daí, aprende a combiná-las de modo a formar sílabas e palavras.

O professor Artur Moraes, do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), rebateu a tese de Sargiani. De acordo com ele, é impossível que apenas duas áreas do conhecimento, a cognição e a neurociência, sejam suficientes para todo processo educativo envolvido na alfabetização.

— A dificuldade do nosso país em alfabetizar é um problema social gravíssimo. Seria um erro atribuir a apenas dois campos científicos a tarefa de definir o que fazer na alfabetização. É necessário recrutar a História, a antropologia e psicologias que não são cognitivas. A política nacional decretada sem debate vem no contexto mais amplo de um autoritarismo que quer escolas militarizadas —criticou Moraes, acrescentando que a mecanização na maneira como o método fônico vem sendo usado é prejudicial ao sistema educacional.

## MILHÕES DE ANALFABETOS

Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), o Brasil tem 11,3 milhões de analfabetos. Dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) divulgados em 2017 revelaram que mais da metade dos alunos brasileiros do 3º ano do ensino fundamental têm nível insuficiente em leitura e matemática.



Doutor em Estudos da Linguagem e PhD em Estudos Sociais, Guilherme Cardozo trabalha num programa de alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvido pela Universidade Estácio de Sá. Ele reafirma a necessidade de uma comunhão entre os métodos para tentar mitigar esse gargalo na educação brasileira.

— A ação subjetiva é vista como ameaça ao método e à perfeição metodológica. Mas pode haver confluência entre um método fônico e as abordagens construtivistas. Atualmente, há uma disputa de legitimidade entre eles — disse Cardozo. — Não dá mais para trabalhar apenas racionalmente. É preciso trabalhar as subjetividades. É preciso fazer um espaço de consenso e não de guerra entre métodos. Precisamos desse espaço de consenso na educação, na alfabetização.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

### **Dar voz a aluno fez colégio de Manaus melhorar Ideb**

#### **Gestores de duas unidades públicas de ensino no Brasil colhem frutos após adoção de práticas democráticas na gestão**

Ações para promover a inclusão eficiente estão no radar de redes de todo o Brasil. Entre aspectos diversos, uma lição parece comum: faz bem incluir os alunos no ambiente de tomada de decisões. A Escola Municipal Professor Waldir Garcia, em Manaus, no Amazonas, e o Colégio Estadual Infante Dom Henrique, em São Paulo, estão colhendo frutos após incorporar características presentes em instituições democráticas mais antigas, como a Summerhill, no Reino Unido, e a Escola da Ponte, em Portugal.

Os gestores das duas unidades participaram do debate “A inclusão como princípio”, ontem, no Educação 360 Encontro Internacional. Com um número grande de imigrantes entre seus alunos, ambas as escolas praticam diversidade promovendo a integração com a comunidade e as famílias dos estudantes.

— Tornamos as crianças protagonistas, e os funcionários, os pais, a escola se abriram para a escuta. Uma vez por semana toda a escola se reúne. Todas as tomadas de decisão são no coletivo. É uma escola que diz “não” à reprovação e “sim” à colaboração. Não temos mais competição, temos colaboração — conta a diretora da escola amazonense, Lucia Cortez.

A unidade, que tinha uma disciplina rígida, “quase militar”, nas palavras da diretora, abriu mão das provas e aboliu a reprovação. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da unidade saltou de 5,8, em 2013, para 7,4, em 2015.

Com histórico de indisciplina e violência, a realidade da Infante Dom Henrique começou a mudar quando o diretor Claudio Neto decidiu incluir os estudantes na linha de frente. Hoje, o principal programa de acolhimento aos imigrantes que chegam à unidade é coordenado pelos alunos. Ao mesmo tempo, o gestor fez parcerias com um instituto federal localizado próximo à escola para oferecer aulas preparatórias para ingresso em cursos técnicos.

— O grande problema na educação é a concentração do poder na figura do gestor, a gente sabe que o poder é centralizado e verticalizado. Quem tem menos poder na escola geralmente é o aluno, e isso tem que ser invertido. Quanto menos o diretor e os coordenadores aparecem, mais democrática é a escola — avalia Neto.

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

### Revalida será semestral e pago pelos médicos

#### Custeado pelo governo federal, exame não ocorre desde 2017, por causa das restrições orçamentárias

O senador Confúcio Moura (MDB-RO), relator da medida provisória (MP) que cria o programa Médicos pelo Brasil, propôs ontem que instituições de ensino privadas, “com avaliações positivas”, possam aplicar o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida). O teste será semestral e pago pelo próprio médico.

Hoje o Revalida é custeado pelo governo federal, mas, por causa das restrições orçamentárias, não ocorre desde 2017. Segundo o Ministério da Educação (MEC), cada profissional que presta o exame nas universidades públicas federais custa entre R\$ 6 mil e R\$ 10 mil. O teste ocorre em duas etapas: por escrito, no MEC, e de habilidades clínicas, na universidade. No parecer, Moura sugere que aqueles aprovados na primeira etapa, mas rejeitados na segunda, não tenham que fazer o exame escrito novamente.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

[valor.globo.com/politica/noticia/2019/09/18/revalida-sera-semestral-e-pago-pelos-medicos.ghtml](http://valor.globo.com/politica/noticia/2019/09/18/revalida-sera-semestral-e-pago-pelos-medicos.ghtml)

topo ↕

## JORNAL DO CAMPUS - TEMPO REAL

### Com últimos cortes, ciência brasileira corre risco de amputação total

Cortes de bolsas de pesquisas impossibilitam avanço de estudos. Créditos: Cecília Bastos/ USP Imagens

As notícias recentes foram trágicas: em 15 de agosto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou a suspensão de 4.500 bolsas de graduação e pós; menos de 20 dias depois, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) atingiu a marca de 11 mil cortes, após anúncio de bloqueio de mais 5.600 financiamentos, suspendendo também renovação e substituição.

Desde o começo do ano, o CNPq alerta que o orçamento seria insuficiente para pagar 84 mil bolsas vigentes. O dinheiro acaba neste mês. O Conselho precisa de 310 milhões de reais.

A Capes tratou os cortes como congelamento. Oficialmente, a medida representará economia de 37,8 milhões. O critério do bloqueio? Manter bolsas ativas e bloquear as que seriam concedidas.

De acordo com o Pró-Reitor de Pós-Graduação da Universidade, Carlos Gilberto Carlotti, 6.063 pesquisadores da USP recebem financiamento da Capes, entre mestrandos e doutorandos; outros 5.649, do CNPQ (professores, alunos de graduação e pós). A Universidade calcula que entre 4 a 8% dos bolsistas serão afetados pelos cortes.

Considerando este cenário, o Jornal do Campus buscou pesquisadores da USP para relatarem suas experiências e o impacto do corte de bolsas em suas carreiras acadêmicas. Apesar das múltiplas vivências e ramos de pesquisa, os cinco entrevistados

têm em comum a angústia de um futuro incerto para trabalhos de anos. Seus nomes reais foram preservados.

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### **Marcos Pontes defende dados do Inpe sobre desmatamento**

### **Ministro debateu tema em audiência no Senado nesta terça-feira**

BRASÍLIA - O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, disse que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) segue “firme e forte” e que nada mudou depois da saída do diretor Ricardo Galvão da instituição. .

- Os dados estão lá, não se discute, a metodologia tem sido utilizada e continua, antes e depois do Galvão, os dados continuam a ser calculados da mesma forma e a ser expostos da mesma forma - disse Pontes em audiência na Comissão de Meio Ambiente do Senado.

O ministro afirmou que a saída de Galvão se deu porque ele perdeu a confiança no diretor. Segundo Pontes, no momento que o ex-diretor rebateu, pela imprensa, as falas do presidente Jair Bolsonaro, ele desrespeitou a hierarquia.

- A saída do Galvão não tem nada a ver com os dados do Inpe ou com a qualidade técnica do Galvão. Tem a ver com a perda de confiança. Durante um período de crise, ele deveria ter vindo a mim para conversar comigo. O Inpe é ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, o correto deveria ser falar comigo - afirmou.

Sobre o mesmo ponto, o ministro afirmou que a saída de Galvão foi até boa, por fazer com que o ministério e o instituto trabalhassem mais próximos e ressaltou o currículo do interino, o militar Darcton Policarpo Damiano.

- A saída dele foi boa para não prejudicar o Inpe. O interino tem extremo gabarito também, tem muito a contribuir para o país - afirmou.

O ministro ainda propôs um remodelamento do Inpe, como um ponto central que junte dados de desmatamento, queimadas e meteorológicos. Segundo o ministro, os dados do Inpe são confiáveis e devem ser usados.

- Já conversei com o Salles [Ricardo, Ministro do Meio Ambiente], tenho um contato muito bom com ele, nesse trabalho conjunto entre Inpe, Ibama, estados e municípios é extremamente importante que seja feito. Os dados do Inpe vão continuar, eu espero que agregando mais satélites - disse.

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### **Priorizado pelo MEC, método fônico gera controvérsia entre especialistas no assunto**

### **Em debate durante o Educação 360, educador da UFPE diverge de coordenador do ministério que defende o instrumento**

RIO - O Ministério da Educação (MEC) lançou a Política Nacional de Alfabetização (PNA) em abril, mas, mesmo que seis meses tenham se passado, o tema ainda gera controvérsia. Embora representantes do órgão digam que a PNA não exclui outros métodos, especialistas alegam que, na prática, o MEC prioriza a abordagem fônica. Durante debate no Educação 360 Encontro Internacional, ontem, na Cidade das Artes,

pesquisadores defenderam que não se deve impor apenas uma ferramenta para promover a alfabetização e enfatizaram a importância de outros instrumentos.

A alfabetização foi elencada como prioridade do governo. No decreto do presidente Jair Bolsonaro, o MEC lista seis componentes a serem trabalhados: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita.

Um dos participantes do painel “Alfabetização: a guerra dos métodos”, o educador Renan Sargiani, coordenador geral de Neurociência Cognitiva e Linguística do MEC, argumentou que a abordagem fônica aparece expressa no documento porque é a mais eficiente para ensinar a maioria dos estudantes, considerando aqueles com menor nível socioeconômico.

—A instrução fônica pode estar presente em diferentes abordagens. Quando vamos ensinar a ler e escrever, precisamos ensinar o que são as letras e o que elas representam — argumentou ele. — Letras têm sons, e as pessoas têm que aprender isso de forma explícita ou implícita. No entanto, o que acontece é que muitas vezes isso se dá de forma implícita e não sistemática. Funciona para boa parte das crianças, mas não para a maioria das crianças.

No método fônico, a alfabetização se dá por meio da associação entre o símbolo (a letra) e seu som (o fonema). A criança aprende a reconhecer o som de cada letra para, a partir daí, aprende a combiná-las de modo a formar sílabas e palavras.

O professor Artur Moraes, do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), rebateu a tese de Sargiani. De acordo com ele, é impossível que apenas duas áreas do conhecimento, a cognição e a neurociência, sejam suficientes para todo processo educativo envolvido na alfabetização.

— A dificuldade do nosso país em alfabetizar é um problema social gravíssimo. Seria um erro atribuir a apenas dois campos científicos a tarefa de definir o que fazer na alfabetização. É necessário recrutar a História, a antropologia e psicologias que não são cognitivas. A política nacional decretada sem debate vem no contexto mais amplo de um autoritarismo que quer escolas militarizadas — criticou Moraes, acrescentando que a mecanização na maneira como o método fônico vem sendo usado é prejudicial ao sistema educacional.

Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), o Brasil tem 11,3 milhões de analfabetos. Dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) divulgados em 2017 revelaram que mais da metade dos alunos brasileiros do 3º ano do ensino fundamental têm nível insuficiente em leitura e matemática.

Doutor em Estudos da Linguagem e PhD em Estudos Sociais, Guilherme Cardozo trabalha num programa de alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvido pela Universidade Estácio de Sá. Ele reafirma a necessidade de uma comunhão entre os métodos para tentar mitigar esse gargalo na educação brasileira.

— A ação subjetiva é vista como ameaça ao método e à perfeição metodológica. Mas

pode haver confluência entre um método fônico e as abordagens construtivistas. Atualmente, há uma disputa de legitimidade entre eles — disse Cardozo. — Não dá mais para trabalhar apenas racionalmente. É preciso trabalhar as subjetividades. É preciso fazer um espaço de consenso e não de guerra entre métodos. Precisamos desse espaço de consenso na educação, na alfabetização.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Inscrições para feira alagoana de ciências Experiment terminam na sexta Primeiros lugares serão premiados com bolsas de iniciação científica e participação em feira nacional de Ciência e Engenharia.**

Terminam na sexta-feira (20) as inscrições de trabalhos de escolas de educação básica para a 3ª edição da Feira de Ciências da Educação Básica de Alagoas, Experiment, realizada pela Secretaria de Estado de Ciência, da Tecnologia e da Inovação de Alagoas (Secti) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapeal).

As inscrições são gratuitas, e podem ser feitas pelo site. Os primeiros colocados nas categorias de ensino Fundamental e Médio serão premiados com bolsas de iniciação científica por 12 meses.

Alunos das redes pública e privada, dos ensinos fundamental e médio, de educação profissionalizante e da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (Ejai) podem participar.

Além disso, um dos finalistas será selecionado para participar da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace) em São Paulo nos dias 17, 18 e 19 de março de 2020.

O resultado da seleção dos trabalhos será divulgado no dia 25 de outubro.

O evento acontecerá nos dias 4 e 7 de novembro, dentro da 9ª Bienal Internacional do Livro, em Jaraguá.

topo ↕

## PORTAL EXAME - TEMPO REAL

### **O Brasil além de SP: grupo SEB abrirá franquias de escola internacional Em busca dos endinheirados, grupo vai nacionalizar escola internacional que comprou em São José dos Campos. Há somente 38 escolas do tipo no Brasil**

Existe espaço para escolas internacionais de elite fora de São Paulo e Rio de Janeiro. Essa é a aposta do Grupo SEB, maior grupo de educação básica do Brasil e que vai começar a expandir seu modelo de escola internacional, a Sphere International School, por modelo de franquias.

Comprada pelo grupo SEB em 2015, a Sphere foi desenvolvida a partir da experiência da escola Esfera, unidade fundada em 2004 na cidade de São José dos Campos, a 99 quilômetros de São Paulo capital. A expectativa é ter de duas a três escolas em operação para o ano letivo de 2021 e chegar a 30 escolas nos próximos seis anos.

“Tirando Rio de Janeiro e São Paulo, a maior parte do Brasil tem pouquíssimas opções de escolas internacionais, embora muitas cidades tenham público para essas escolas”, diz Thamila Zaher, diretora-executiva do Grupo SEB e filha do fundador Chaim Zaher.

A própria história da Sphere mostra qual será o foco da expansão. O desenvolvimento da Esfera em São José dos Campos, considerada a “capital” do Vale do Paraíba, no

interior de São Paulo, mostra que há demanda por escolas de elite mesmo fora de megalópoles como São Paulo. Sede de empresas como a fabricante de aviões brasileira Embraer e de universidades de ponta, São José dos Campos tem mais de 780.000 habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) de 37,3 milhões de reais, o que coloca a cidade entre os 20 maiores PIBs do Brasil e o sétimo maior do estado de São Paulo. O SEB quer encontrar outros terrenos férteis como esse.

Os executivos citam lugares como São Luís, no Maranhão, Fortaleza, no Ceará, Campinas, no interior de São Paulo, e as capitais da região Sul (Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre) como locais com pouca oferta de escolas internacionais e com público para projetos desse tipo. O grupo SEB não confirma ainda os locais das futuras franquias da Sphere.

As mensalidades para os alunos devem ir de 1.500 reais a mais de 4.000 reais, a depender da cidade. A escola estará sempre no “primeiro quartil” de um local, isto é, entre as 25% escolas mais caras. “Será uma escola premium, mas não tão cara a ponto de não ser acessível para este público no qual estamos focando”, diz Rafael Rocha, Gerente Nacional da Sphere.

Olho no 1%

Das mais de 40.000 escolas particulares no Brasil, 3% (ou cerca de 12.000 escolas) oferecem currículo bilíngue, isto é, com o currículo brasileiro e uma língua estrangeira, segundo a Associação Brasileira do Ensino Bilíngue. Já com a certificação IB, de escola internacional, há apenas 39 escolas no Brasil e cerca de 5.000 no mundo.

O IB (International Baccalaureate ou Bacharelado Internacional, em português) é um currículo reconhecido internacionalmente e controlado por uma fundação de mesmo nome na Suíça. O programa foi originalmente criado para que expatriados europeus pudessem dar aos filhos uma educação internacional e que fosse além do país para o qual a família havia imigrado.

Os executivos do grupo SEB apontam que a Sphere pode ser financeiramente vantajosa porque os pais conseguem juntar em um serviço só o valor que já pagam na mensalidade de uma escola tradicional, somada a aulas de idiomas e atividades extracurriculares.

Hoje, além do currículo bilíngue, as escolas com certificado IB têm projetos que colocam o aluno no centro da aprendizagem, com incentivo a resolução de problemas, empreendedorismo e atuação em projetos sociais – uma espécie de Paulo Freire para os ricos. O instituto IB precisa autorizar as escolas que queiram operar neste modelo mundo afora. No projeto da expansão da Sphere, o grupo SEB contou, de forma inédita, com a participação de representantes do próprio IB no desenvolvimento. “É de interesse deles aumentar o número de escolas internacionais na América Latina”, diz Zaher.

É mais comum que escolas bilíngues ou internacionais incluam apenas o Ensino Médio, visando preparar o aluno para ingressar em faculdades internacionais, mas as franqueadas da Sphere oferecerão todas as etapas escolares, dos 6 aos 17 anos.

O modelo de uma escola internacional, apesar das competências do IB, também não pode deixar de lado os conteúdos obrigatórios do currículo brasileiro. “Quando o pai vai

até a escola, mostramos a ele que o aluno também vai aprender as disciplinas tradicionais, que vai estar lendo, por exemplo, Macunaíma no terceiro trimestre do sétimo ano”, diz Rocha.

Para concretizar o objetivo de ter unidades operando já em 2021, o próximo ano será crucial na atração de franqueados e também de pais e alunos interessados em comprar a proposta. O grupo está em conversa com franqueados há pouco mais de um ano. O investimento previsto para a operação de uma franquia da Sphere parte de 5 milhões de reais, podendo chegar a 20 milhões de reais a depender do prazo de pagamento, região escolhida e número de alunos. A taxa de franquia será de 55.000 dólares (mais de 220.000 reais), incluindo treinamento operacional e pedagógico.

## Oportunidade no ensino básico

O SEB já esteve à frente do grupo Estácio, mas vendeu a participação na rede de Ensino Superior por 430 milhões de reais em 2017 e hoje atua majoritariamente na educação básica.

O grupo, historicamente, fez mais de uma dezena de aquisições nos últimos anos para atender a alunos endinheirados pelo país, com muitas unidades já contando com sistema bilíngue (porém, sem o certificado IB da Esfera) e operando em sistema de franquias. Recentemente, os Zaher compraram o colégio De A a Z, no Rio de Janeiro, o colégio Visão, de Goiás, e a quase totalidade da operação brasileira da Maple Bear, escola bilíngue infantil canadense com a qual o grupo inaugurou o modelo de franquias. O grupo SEB também é dono de escolas como a Concept, voltada a tecnologia como escolas do Vale do Silício, e as próprias escolas SEB, que originaram o conglomerado nascido em Ribeirão Preto (SP) há 50 anos.

Um dos pontos fora da curva nessa estratégia para ensino básico de elite foi a rede Luminova, lançada no ano passado com foco na classe B e C e mensalidades na casa dos 600 reais, buscando atender aos mais de 30 milhões de alunos nessa faixa de renda (mais de 60% da população em idade escolar no Brasil).

Ao todo, o grupo SEB tem mais de 50.000 alunos nas cerca de 40 escolas próprias e outros 100.000 em escolas franquizadas da Maple Bear — da qual pretende trazer ensinamentos para a experiência da Sphere. O faturamento é de mais de 800 milhões de reais.

Atender a um público com ainda poucas opções de escolas internacionais é uma estratégia que a concorrência também começa a olhar. A Red House International School, que abriu uma unidade em Higienópolis, em São Paulo, no ano passado, tem uma unidade em Recife (PE) com inauguração prevista para 2020 e outra em Jundiá (SP). A Lumiar, do empresário Ricardo Semler, tem, além de São Paulo, escolas em cidades como Poços de Caldas (MG), Porto Alegre (RS) e Santo Antônio do Pinhal (SP), além de unidades no Reino Unido. A Eleva aposta na elite do Rio de Janeiro — tendo como sócio majoritário é o fundo Gera Venture Capital, controlado pelo empresário Jorge Paulo Lemann —, mas o grupo Eleva, tal como o SEB, tem dezenas de escolas de diferentes modelos para a elite em vários estados do Brasil. A americana Avenues também desembarcou em São Paulo no ano passado trazendo mensalidades a mais de 10.000 reais.

Concorrência não falta, mas Zaher diz que não se preocupa. “Temos 50 anos de experiência e acreditamos que isso faz muita diferença”, diz. Embora a meta de 30 escolas Sphere pareça pouco perto das centenas de colégios no guarda-chuva do grupo SEB, o número é ambicioso dentro do modelo de escola internacional, com investimento e padrão de qualidade altos e escolas gigantes, com mais de 3.000 metros quadrados.

Corre no mundo corporativo a história de que não se pode passar algumas horas com Chaim Zaher sem que ele comece a comprar uma escola. Verdade ou não, se há algo que o SEB sabe fazer é escalar um empreendimento educacional. “Não temos problema em mudar. A gente já abriu capital, fechou; já comprou a Estácio e depois vendeu. Queremos ser pioneiros”, diz Thamila Zaher. Sempre acreditando que, na imensidão do Brasil, existe uma elite ansiosa por serviços educacionais de ponta. E disposta a pagar por eles.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **STF valida uso do fundo da Lava Jato na Amazônia e educação**

Em torno de R\$ 2,6 bilhões provenientes de pacto entre a Petrobras e a Justiça dos EUA devem ser destinados à preservação da floresta e à área de ciência e educação, determina acordo homologado por Alexandre de Moraes. O Supremo Tribunal Federal (STF), homologou nesta terça-feira (18/09) o acordo alcançado entre o governo federal e a Procuradoria-Geral da República para destinar 1 bilhão de reais do fundo bilionário da Petrobras à preservação da Amazônia, e mais 1,6 bilhão de reais à educação.

Os recursos vêm de uma multa paga pela estatal petrolífera às autoridades brasileiras após um acordo com o governo dos Estados Unidos. A Petrobras acertou com autoridades americanas o pagamento de 853,2 milhões de dólares, dos quais, 682 milhões (cerca de 2,6 bilhões de reais) devem ser aplicados no Brasil.

O acordo fechado pela estatal visava encerrar as investigações sobre a empresa nos EUA referentes a prejuízos causados a acionistas estrangeiros nos casos de corrupção investigados pela operação Lava Jato.

A força-tarefa da operação Lava Jato desejava utilizar parte desse dinheiro para criar uma fundação a ser gerida pelo Ministério Público Federal do Paraná, após um acordo entre os procuradores e a Petrobras, mas o ministro Alexandre de Moraes do STF anulou a medida.

"A eventual apropriação, por determinados membros do Ministério Público, da administração e destinação de proveito econômico resultante da atuação do órgão, além de desrespeitar os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade administrativa, implicou séria agressão ao perfil constitucional fortalecido da Instituição", disse Moraes, ao decretar a nulidade do acordo.

O ministro autorizou a transferência imediata do dinheiro, atualmente depositado em uma conta na Caixa Econômica Federal, para a conta única do Tesouro Nacional.

ficou determinado que o dinheiro destinado à Amazônia seja aplicado para "prevenção, fiscalização e ao combate do desmatamento, incêndios florestais e ilícitos ambientais".



Dos 1,06 bilhão de reais destinados à região, 630 milhões serão administrados pela União e empregados nas chamadas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na região, sob supervisão do Ministério da Defesa; em ações de responsabilidade a serem promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e na regularização fundiária, a ser implementada pelo Ministério da Agricultura.

Os 430 milhões de reais restantes serão repassados aos estados da região amazônica, levando-se em conta a área desmatada e o número de focos de queimadas, além de dados populacionais e de território.

O montante de 1,601 bilhão de reais para a área da educação deverá ser empregado na educação infantil, que receberá 1 bilhão desse total, além de ações do Ministério da Cidadania destinadas ao desenvolvimento da primeira infância, que receberão 250 milhões.

Outros 250 milhões de reais serão transferidos para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações para financiar bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ações de empreendedorismo.

Os 100 milhões de reais restantes serão destinados a ações socioeducativas, que devem, de preferência, contar com o intermédio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A transferência dos recursos advindos da Petrobras para medidas de preservação da Amazônia foi sugerida pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e pela ex-procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Inicialmente, essas verbas seriam destinadas somente para a área da educação e ciência.

RC/abr/ots

topo 

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Pontes quer R\$ 250 milhões do fundo da Lava Jato para ações da pasta em 2020**

Brasília

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic), Marcos Pontes, defendeu nesta terça-feira, 17, que os R\$ 250 milhões do fundo da Lava Jato separados para sua pasta sejam usados em ações previstas para 2020 em vez de para pagamentos de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Para pagar bolsistas até o final deste ano, Pontes afirma que pediu ao Ministério da Economia recursos novos. "Se tiver de usar em emergência (o recurso do fundo da Lava Jato), vou usar. Mas é preciso lembrar que usando esses R\$ 250 milhões estou cortando orçamento de outros projetos importantes. Então, o ideal era que Ministério da Economia transferisse recursos novos. Isso que tenho batalhado com Paulo Guedes", disse Pontes.

O Mctic tem enfrentado cortes no orçamento. Recentemente, Pontes remanejou R\$ 82 milhões do orçamento de fomento do CNPq para pagar bolsas.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, validou nesta

terça-feira, 17, acordo para uso do fundo da Petrobras, de cerca R\$ 2,6 bilhões.

Pelo acordo, assinado pelo governo federal, representantes da Câmara, Senado e pela Procuradoria-Geral da República, cerca de R\$ 1,6 bilhão irá para a educação, sendo R\$ 250 milhões ao Mctic para alocar em ações de inovação, empreendedorismo e educação, como as bolsas de pesquisa do CNPq. Outro R\$ 1,06 bilhão será destinado para ações na Amazônia de prevenção, fiscalização e combate a desmatamentos e incêndios.

[topo](#)

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### STF valida uso do fundo da Lava Jato na Amazônia e educação

Em torno de R\$ 2,6 bilhões provenientes de pacto entre a Petrobras e a Justiça dos EUA devem ser destinados à preservação da floresta e à área de ciência e educação, determina acordo homologado por Alexandre de Moraes. O Supremo Tribunal Federal (STF), homologou nesta terça-feira (18/09) o acordo alcançado entre o governo federal e a Procuradoria-Geral da República para destinar 1 bilhão de reais do fundo bilionário da Petrobras à preservação da Amazônia, e mais 1,6 bilhão de reais à educação.

Os recursos vêm de uma multa paga pela estatal petrolífera às autoridades brasileiras após um acordo com o governo dos Estados Unidos. A Petrobras acertou com autoridades americanas o pagamento de 853,2 milhões de dólares, dos quais, 682 milhões (cerca de 2,6 bilhões de reais) devem ser aplicados no Brasil.

O acordo fechado pela estatal visava encerrar as investigações sobre a empresa nos EUA referentes a prejuízos causados a acionistas estrangeiros nos casos de corrupção investigados pela operação Lava Jato.

A força-tarefa da operação Lava Jato desejava utilizar parte desse dinheiro para criar uma fundação a ser gerida pelo Ministério Público Federal do Paraná, após um acordo entre os procuradores e a Petrobras, mas o ministro Alexandre de Moraes do STF anulou a medida.

"A eventual apropriação, por determinados membros do Ministério Público, da administração e destinação de proveito econômico resultante da atuação do órgão, além de desrespeitar os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade administrativa, implicou séria agressão ao perfil constitucional fortalecido da Instituição", disse Moraes, ao decretar a nulidade do acordo.

O ministro autorizou a transferência imediata do dinheiro, atualmente depositado em uma conta na Caixa Econômica Federal, para a conta única do Tesouro Nacional.

ficou determinado que o dinheiro destinado à Amazônia seja aplicado para "prevenção, fiscalização e ao combate do desmatamento, incêndios florestais e ilícitos ambientais".

Dos 1,06 bilhão de reais destinados à região, 630 milhões serão administrados pela União e empregados nas chamadas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na região, sob supervisão do Ministério da Defesa; em ações de responsabilidade a serem promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e na regularização fundiária, a ser implementada pelo Ministério da Agricultura.

Os 430 milhões de reais restantes serão repassados aos estados da região amazônica, levando-se em conta a área desmatada e o número de focos de queimadas, além de dados populacionais e de território.

O montante de 1,601 bilhão de reais para a área da educação deverá ser empregado na educação infantil, que receberá 1 bilhão desse total, além de ações do Ministério da Cidadania destinadas ao desenvolvimento da primeira infância, que receberão 250 milhões.

Outros 250 milhões de reais serão transferidos para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações para financiar bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ações de empreendedorismo.

Os 100 milhões de reais restantes serão destinados a ações socioeducativas, que devem, de preferência, contar com o intermédio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A transferência dos recursos advindos da Petrobras para medidas de preservação da Amazônia foi sugerida pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e pela ex-procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Inicialmente, essas verbas seriam destinadas somente para a área da educação e ciência.

## **BRASIL247 - NOTÍCIAS**

### **Como os cortes de bolsas afetam a vida de milhares de cientistas no Brasil Orçamento da Capes para 2020 não permite novas bolsas; 83 mil pesquisadores do CNPq podem ficar sem receber em outubro**

Brasil de Fato - Em sua cruzada contra a ciência e o conhecimento, o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) tem um novo alvo estratégico: o fomento à pesquisa no Brasil.

Com os cortes de verbas anunciados ao longo dos últimos meses, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) podem interromper suas atividades.

No início do mês de setembro um corte de mais 5.613 bolsas de estudos para pesquisas de pós-graduação – referentes a trabalhos de mestrado, doutorado e pós-doutorado – foi anunciado pela **Capes**.

Na última quarta-feira (11), o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, reduziu parcialmente o corte e anunciou que a **Capes** receberá R\$ 600 milhões para a manutenção de 3.182 benefícios vigentes. O dinheiro, no entanto, abrange apenas os cursos com as melhores conceitos de acordo com a agência e será suficiente para bancar somente os atuais bolsistas.

Se nada mudar, a **Capes** terá, em 2020, pouco mais de R\$ 3 bilhões para custear as cerca de 215 mil bolsas de formação de professores, graduação, pós-graduação e intercâmbio.

No total, a **Capes** já cortou 11.800 bolsas neste ano. Até o momento, 8.629 vagas em pós-graduações seguem travadas para novos alunos.

Sem sustento

“A partir do momento que não tem bolsa, não tem dinheiro, como eu vou me sustentar aqui, numa cidade como São Paulo?”, indaga Mateus Carneiro, doutorando no Instituto de Química, da Universidade de São Paulo (USP). A instituição é referência no estudo da História e Filosofia da Química.

Após um ano de estudo e um processo seletivo com provas em inglês e espanhol, Carneiro foi contemplado com uma bolsa da **Capes** para financiar os quatro anos de doutorado. Isso após 6 meses sem receber remuneração pela pesquisa – acumulando boletos e contas a pagar.

No dia 2 de setembro, após o comunicado do MEC, ele recebeu um e-mail do Programa de Pós-Graduação da USP comunicando que sua bolsa havia sido cortada.

Sem renda e com dedicação exclusiva à pesquisa – em função da qual passa mais de doze horas diárias em seu laboratório –, o doutorando pretende buscar emprego como professor de química em escolas básicas. “Essas agências de fomento são importantes justamente para a gente conseguir sobreviver aqui”, argumenta.

Após a declaração de Weintraub, anunciando a retomada de uma parcela dos investimentos, Mateus espera a volta de sua bolsa, que ainda não foi confirmada pelo Programa. “Aqui dentro da instituição, da USP, a gente vê que a educação vem sendo corroída por dentro. O próprio Ministério da Educação está acabando com a pesquisa nas universidades públicas do Brasil”, desabafa.

#### Bolsas do Cnpq com futuro incerto

No mês de agosto, o governo federal também anunciou que não fornecerá recursos para financiar 83,4 mil bolsas de estudos e pesquisas em andamento. Também ficam suspensas as assinaturas de novos contratos, previstos para este ano no Orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao ministério da Ciência e Tecnologia.

O ministro de Ciência e Tecnologia Marcos Pontes prometeu um remanejamento interno no orçamento do órgão para pagar os R\$ 82 milhões referentes às bolsas de pesquisa de setembro deste ano. Não há, porém, qualquer garantia de continuidade dessas bolsas até o fim do ano. O pagamento depende da liberação do recurso por parte do Ministério da Economia.

Com déficit de R\$ 330 milhões previsto para este ano, o CNPq pretende remanejar a verba destinada ao fomento, para pagar as bolsas em outubro. A área de fomento é utilizada para custear equipamentos, insumos, manutenção dos laboratórios e materiais para as pesquisas.

A medida impõe outra problemática. Além da incerteza em relação ao pagamento das bolsas, a pesquisa sofre com os problemas estruturais das instituições públicas de ensino.

Marcos Gregnani é bolsista do CNPq e doutorando em Biologia Molecular pela

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Ele pesquisa novas formas de prevenção para doenças metabólicas, como a obesidade e a diabetes.

O pesquisador relata as dificuldades com a manutenção dos biotérios no departamento de Biofísica, que vem sendo impactado pelo racionamento da ração para os animais e a falta de refrigeração adequada.

“Outras universidades com menos recursos que a nossa já interromperam o trabalho com animais. Você tem aí um trabalho de quatro gerações de pesquisadores. É uma parte da ciência que pode ser jogada no lixo”, desabafa.

Segundo o Painel dos Cortes, divulgado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes), o MEC cortou o equivalente a 30% do orçamento destinado à UNIFESP.

São Paulo é o estado com o maior número de pesquisadores ameaçados pelos cortes no CNPq. Os 18.470 bolsistas representam 22% do total no país. Os cortes também afetam outra modalidade de bolsas da agência, as do Edital Universal 2018, que selecionou 5.572 projetos. O cancelamento das bolsas, divulgado em abril, impediu 2.516 pesquisadores de contratarem técnicos especializados para o desenvolvimento de suas pesquisas.

Sem perspectiva de renda após outubro, Gregnani teme pelo fim ao fomento a pesquisa. “A educação não pode ser uma pauta de direita ou uma pauta de esquerda, ela tem que ser uma pauta do país. A população precisa entender que a gente é isso, que nós somos parte deles”, defende.

topo ↕

## **JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL**

### **Os impactos dos cortes nas verbas da educação para a UFC**

#### **Contingenciamentos em bolsas do CNPq e da Capes afetam pesquisas de relevância da instituição cearense**

Uma descoberta nascida em um laboratório da Universidade Federal do Ceará (UFC) tem revolucionado o tratamento de lesões causadas pela hanseníase. Ferimentos abertos há mais de 20 anos atingiram a cicatrização após aplicação de uma biomembrana desenvolvida a partir de proteínas vegetais. A evidência impacta positivamente a vida daqueles que convivem com a enfermidade e poderia diminuir em até 70% os custos de tratamento em relação à terapia disponível no mercado.

O achado soma-se a tantos outros que justificam a 13ª posição nacional ocupada pela UFC no Times Higher Education, um dos rankings internacionais mais prestigiados no mundo. Acontece que descobertas futuras, relevantes como a biomembrana, correm um sério risco de não se tornarem realidade. A pesquisa realizada na Federal do Ceará e em tantas outras universidades Brasil está sob ameaça com os anúncios de contingenciamento feitos pelo Governo Federal desde o início do ano.

Na última quarta-feira (11/09), o Ministério da Educação (MEC) comunicou o desbloqueio de 3.182 bolsas (para cursos com notas 5, 6 e 7) de um total de 11.811 que estavam bloqueadas. 8.692 permanecem contingenciadas. O congelamento mais recente, anunciado em dois de setembro, veio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes), ligada ao MEC. O órgão comunicou a paralisação de 5.613

bolsas que ficariam ociosas ainda neste mês. A medida representa uma economia que pode chegar a R\$ 544 milhões nos próximos quatro anos.

Veja o texto na íntegra: O Povo

topo ↕

## JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

### “Sem dinheiro, não dá para continuar as pesquisas”

A declaração é da bióloga e pesquisadora da Embrapa-DF, Betânia Quirino, em seu depoimento para a Campanha “Ciência, pra que Ciência?”. A SBPC convida todos os pesquisadores, desde a iniciação científica até a pós-graduação, bolsistas e ex-bolsistas, profissionais de todas as áreas e todos os amigos da ciência a participar da campanha e compartilhar suas histórias sobre a importância da ciência para suas vidas e para o Brasil

A falta de dinheiro vai prejudicar as pesquisas brasileiras, afirmam os participantes da campanha “Ciência, pra que Ciência?”, lançada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A campanha já recebeu mais de 50 vídeos, que vêm sendo divulgados nas redes sociais da SBPC e estão disponíveis no canal do YouTube da entidade. O objetivo é chamar a atenção para o impacto que as pesquisas têm no desenvolvimento econômico e social do Brasil e como os cortes severos impostos pelo governo às duas principais agências de fomento do País – **Capes** e **CNPq** – impedem o desenvolvimento de estudos importantes para o Brasil, comprometem o futuro da ciência e dos cientistas e trazem prejuízos para toda a população.

A bióloga e pesquisadora da Embrapa-DF, Betânia Quirino, em seu depoimento para a Campanha, explica que trabalha com microrganismos e contribui para o patrimônio genético nacional encontrando enzimas. “Só que sem dinheiro. Não dá para continuar as pesquisas”, lamenta.

Outro pesquisador que está preocupado com a continuação de seu trabalho é César Pedrosa Soares, doutorando na Universidade de São Paulo, que estuda a desigualdade socioeconômica e ambiental. Ele explica que estudos recentes mostram que as desigualdades estão aumentando no Brasil. “E o estudo realizado sobre as desigualdades socioeconômicas e ambientais pode contribuir para o desenvolvimento sustentável de toda a população, ao propor um novo ordenamento territorial considerando os distintos potenciais dos territórios brasileiros”, diz ele, em seu depoimento.

Já Adrielle Vasconcellos, doutoranda na Unicamp, lamenta que os cortes vão frear a inserção de novos alunos nas pós-graduações. “Muitas pessoas não vão querer entrar na pós-graduação por não conseguirem se manter. E terão de buscar outras alternativas”, diz.

A SBPC convida todos os estudantes e pesquisadores, desde a iniciação científica até a pós-graduação, bolsistas e ex-bolsistas, profissionais de todas as áreas e todos os amigos da ciência a participar da campanha #cienciapraqueciencia e compartilhar suas histórias sobre a importância da ciência para suas vidas e para o Brasil. “Vamos inundar o país, as redes sociais, os meios de comunicação com pessoas dizendo por que a ciência é importante, por que ela deve ser apoiada, por que ela não deve ser destruída nesse momento”, conclama o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira.

Para participar, basta gravar um breve vídeo, com duração de 30 segundos a um minuto, acessar este link, preencher um breve formulário e seguir as instruções para carregá-lo. O depoimento pode ser gravado em celular mesmo, em alta definição, com o aparelho na horizontal. Mande seu vídeo e demonstre seu apoio à ciência brasileira!

topo ↕

## **JORNAL DA USP - SP - GERAL**

### **Abertas inscrições para programa voltado a professores de química Curso semipresencial é coordenado pela UFRJ e tem a USP como um de seus polos; inscrições até 20 de setembro**

Estão abertas, até 20 de setembro, inscrições para o Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional (PROFQUI). Coordenado pelo Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o programa atua em âmbito nacional com polos em todo o País – um deles é a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP.

O curso é semipresencial e tem como foco proporcionar formação continuada, qualificada e atualizada em química, considerando temas de pesquisa, desenvolvimento de produtos e material didático que seja relevante para os docentes na educação básica. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 55.

As provas serão aplicadas em todos os polos do PROFQUI, simultaneamente, no dia 20 de outubro e o local da avaliação deve ser indicado no momento da inscrição.

Em Ribeirão Preto, a prova e as aulas podem ser realizadas no Departamento de Química da FFCLRP, no campus da USP em Ribeirão Preto (Av. Bandeirantes, 3.900, bairro Monte Alegre).

topo ↕

## **OLHAR DIRETO - TEMPO REAL**

### **Desenvolvida na UFMT, pesquisa encontra microrganismo que substitui agrotóxico no pimentão**

Desenvolvida na UFMT, pesquisa encontra microrganismo que substitui agrotóxico no pimentão

Pesquisa realizada na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) aponta que o pimentão pode ter um melhor desenvolvimento com a substituição do agrotóxico por um microrganismo natural retirado de outra planta bastante conhecida na região, o guaranazeiro. O trabalho contou com o apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat).

“O pimentão nos interessou por ser uma planta fácil de cultivar. Entre três e quatro meses a planta já chega a idade adulta e podemos trabalhar. Além disso, ela é utilizada em Mato Grosso na agricultura familiar, sobretudo por pessoas que produzem alimentos orgânicos. Com a pesquisa, queríamos propor uma forma de substituir o agrotóxico e promover o crescimento da planta para que ela cresça mais e mais rápido”, destaca o professor Marcos Antônio Soares.

Além de Marcos, Responsável pelo Laboratório de Biotecnologia e Ecologia Microbiana (Labem), a pesquisa foi realizada em parceria com Maria Isabela da Silva Figueiredo, bolsista de Iniciação Científica e estudante do curso de Ciências Biológicas,

e da professora Rhavena Graziela Liotti, docente do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), no Câmpus de Cáceres e doutora pelo IB.

O trabalho, que foi realizado na casa de vegetação do Instituto, pesquisou 11 espécies de actinobactérias, microrganismos naturais que foram isolados da *Paullinia cupana*, popularmente conhecido como guaranazeiro, em ação contra cinco fitopatógenos, organismos que causam doenças em plantas e detectou que um deles, o *Streptomyces griseocarneus* R132, inibiu o crescimento e controlou acentuadamente o desenvolvimento das doenças em frutos e plantas de pimentão, além de promover o crescimento da mesma.

“Investigamos esses microrganismos e vimos se eles tinham aplicações em outras áreas, ou seja, se poderiam se associar a outras plantas. Neste caso, vimos que esse microrganismo que se associa ao pimentão impede que patógenos ataquem a planta, ou seja, você não precisa usar agrotóxicos. É uma relação mutualística simbiótica, os dois ganham quando estão juntos, eles vivem melhor juntos que separados”, explica o docente.

“A bactéria específica do guaranazeiro ajuda o pimentão a lutar contra um patógeno, impedindo o uso de defensivo agrícola e descartando o uso de fertilizantes, porque o microrganismo faz com que a planta cresça mais rápido sem a utilização de fertilizante. Vale ressaltar que um problema do uso indiscriminado do fertilizante causa a eutrofização de água”, acrescenta o pesquisador.

Pertencente à família Solanaceae, o pimentão (*Capsicum annuum*) é uma das principais culturas do mundo, devido aos altos níveis de fitoquímicos, substâncias antioxidantes que, além de conferir cor aos alimentos, protegem de doenças, bem como a concentração de vitaminas A, C e B.

Segundo o docente, o próximo passo é realizar o trabalho em campo. No entanto, a bactéria já está isolada e pronta para utilização. “A UFMT tem como transferir a tecnologia para empresas interessadas e elas podem fazer o teste em outras plantas. Nós já realizamos algumas experiências e temos visto que ela funciona também com o milho e outras plantas modelo de interesse agrônômico”, pontua.

“É nossa obrigação procurar alternativas para reduzir o uso do agrotóxico. Você tem que buscar formas para a médio prazo minimizar ao máximo seu uso. Estamos propondo formas alternativas de não utilizá-lo”, finaliza.

O trabalho, intitulado “*Streptomyces griseocarneus* R132 controls phytopathogens and promotes growth of pepper (*Capsicum annuum*)”, foi publicado no volume 138 do periódico *Biological Control*, avaliado com Qualis A1, contou com o apoio da **Capes** e Fapemat, além de ser resultado de uma parte da pesquisa realizada no doutorado de Rhavena Graziela Liotti e de projeto do Labem, já finalizado, que buscou a aplicação de microrganismos nas áreas de pecuária, agrícola e farmacêutica.

topo ↕

**AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

**Moraes homologa acordo para uso de recursos de multas da Lava Jato em educação e Amazônia**



## **De R\$ 2,6 bi acertados por Petrobras nos EUA, R\$ 1,6 bi vai para o MEC, e R\$ 1 bi, para floresta**

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), homologou nesta terça-feira (17) o acordo para destinar à Amazônia e a investimentos em educação recursos oriundos do fundo da Lava Jato.

O volume de dinheiro é proveniente de multas acertadas pela Petrobras nos Estados Unidos. Do total, será R\$ 1,6 bilhão para educação. A Amazônia Legal vai receber R\$ 1 bilhão.

Os procuradores da Lava Jato em Curitiba queriam criar uma fundação privada para gerir R\$ 2,6 bilhões.

A medida foi questionada pela procuradora-geral Raquel Dodge no STF (Supremo Tribunal Federal). A ação ficou sob relatoria de Moraes.

A 13ª Vara de Curitiba havia homologado acordo para a gestão privada desses recursos. Além da PGR, a Mesa da Câmara também questionou o acordo de Curitiba.

O ministro escreveu na decisão que o órgão não tinha competência para fechar um acordo para a destinação do dinheiro. Afirmou ainda faltar aos procuradores da Lava Jato no Paraná as atribuições para essa gestão.

"Nesse sentido, como bem destacado pela Presidência da Câmara dos Deputados, o depósito dos valores pagos pela Petrobras deveria ter ocorrido em favor do Tesouro Nacional", escreveu Moraes. Segundo ele, cabe à União decidir a destinação dos recursos.

Do montante para o Ministério da Educação, R\$ 1 bilhão vai para a educação infantil.

Ainda haverá R\$ 250 milhões para o Ministério da Saúde e R\$ 250 milhões para o Ministério de Ciência e Tecnologia. O Ministério de Direitos Humanos fica com R\$ 100 milhões.

O dinheiro será usado também para ajudar no combate às queimadas na Amazônia. A União vai ficar R\$ 630 milhões para implementar GLO (Garantia da Lei e da Ordem). Outros R\$ 430 milhões serão descentralizados para os estados da região amazônica.

O governo federal, a PGR (Procuradoria-Geral da República) anunciaram no dia 5 deste mês o entendimento sobre os recursos do fundo da Lava Jato.

Moraes destaca na decisão que participaram de reuniões ainda os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), além de integrantes da AGU (Advocacia-Geral da União) e dos ministérios da Agricultura, da Economia e da Defesa.

Segundo Moraes, "não há qualquer dúvida sobre a nulidade absoluta" do acordo homologado pela equipe capitaneada por Deltan Dellagnol e a 13ª Vara Federal de Curitiba.

O ministro escreveu, na decisão desta terça, que esse acerto "desrespeitou os preceitos fundamentais da Separação de Poderes, do respeito à chefia institucional, da unidade, independência funcional e financeira do Ministério Público Federal e os princípios republicano e da legalidade e da moralidade administrativas".

Moraes afirmou ainda que a iniciativa de Curitiba pretendeu "transformar receitas públicas decorrentes da restituição do montante da multa a ser paga pela Petrobras aos cofres da União em recursos privados, para sustentar Fundação de Direito Privado a ser constituída, organizada e gerida pelos Procuradores da República do Paraná, integrantes da Força-Tarefa Lava-Jato".

Isso, segundo ele, caracteriza-se "ilegal desvirtuamento na execução do acordo" entre Petrobras e instituições americanas.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **UFRR abre inscrições para mestrado em geografia**

#### **Inscrições começam a partir desta quinta-feira (19) e seguem até 4 de outubro.**

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) lançou processo seletivo com 15 vagas para o mestrado em geografia. As inscrições começam a partir desta quinta-feira (19).

Os interessados podem se inscrever até o dia 4 de outubro na secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia, campus Paricarana, no horário de 8h às 11h30 e 14h às 17h30. A taxa custa R\$ 100.

Confira o edital.

Conforme o certame, 25% das vagas são destinadas a pessoas com deficiência e autodeclarados negros e indígenas. O curso é dividido em duas linhas de pesquisa, são elas: "Produção do Território Amazônico" e "Dinâmica da Paisagem Amazônica".

O processo seletivo será realizado em em três etapas, com a aplicação de uma prova escrita prevista para o dia 11 de novembro, seguindo de prova de proficiência em língua estrangeira e análise curricular.

O resultado final deve ser divulgado no dia 6 de dezembro. O aprovados devem ingressar no curso em 2020.